



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS JATAÍ

ATA DA 27ª REUNIÃO DO CONSELHO DE CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS/CÂMPUS JATAÍ

Ata da 27.ª reunião do Conselho de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí, realizada em doze de novembro de dois mil e vinte e um, com início às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, e tendo a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata da 26.ª Reunião do Conselho de Câmpus de 10 de maio de 2021; 2. Plano de Ação Local para o retorno seguro e gradual das atividades presenciais acadêmicas e administrativas no Câmpus; 3. Calendários Acadêmicos, nos termos da Resolução 110/2021 - REICONSUP/REITORIA/IFG, de 3 de novembro de 2021; A reunião contou com a presença dos conselheiros: Ruberley Rodrigues de Souza, Marluce Silva Sousa, Tattiana Fernandes de Oliveira Melo, Tiago Romeiro de Jesus, Valéria Silva Marques, Jefferson Carlos Sanches de Faria, Evaldo Gonçalves Dias, Walter Pereira de Freitas, Murilo de Assis Silva, Wagner Pereira Lopes, Eleida Andrade Garcia Macedo, Ítalo Santos de Carvalho e, também, com a presença dos professor convidado Alysson Benite de Freitas, bem como do servidor Nícolas Siqueira da Silva, secretário do Concâmpus. A reunião iniciou-se com uma breve apresentação do Presidente do Conselho de Câmpus, por ser tratar da primeira reunião sob a presidência do Professor Ruberley Rodrigues de Souza, empossado como Diretor-Geral do Câmpus Jataí do IFG (2021-2025) em 15 de outubro de 2021. Em seguida o presidente deu boas vindas ao conselheiro Murilo de Assis Silva, novo representante dos Coordenadores de Curso, após o afastamento da Professora Marliane Dias Silva devido à licença para cursar Doutorado, a Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas conduziu uma reunião entre os Coordenadores de Curso do Câmpus Jataí, que escolheram o professor Murilo de Assis Silva como seu novo representante. O Professor Murilo de Assis Silva agradeceu as boas vindas e ressaltou a vontade de colaborar e sua experiência na Presidência no Conselho de outro Câmpus do IFG. Ainda sobre a composição do Conselho de Câmpus o presidente apontou a vacância de um representante dos docentes no conselho, devido à licença para cursar Doutorado da Professora Aline da Costa Luz de Lima, a Diretoria-Geral irá designar uma comissão para conduzir eleição para recompor essa vaga de titular e as duas de suplentes para representação docente. Outro informe destacado pelo Professor Ruberley é sobre a condução do processo de seleção para o primeiro curso de Doutorado do IFG, e deixou os parabéns a toda instituição, em especial ao Câmpus Jataí, por mais essa conquista. Inicialmente, o presidente pediu a retirada o primeiro ponto de pauta, a aprovação da ata da vigésima sexta reunião do Conselho de Câmpus do Câmpus, informou que a secretaria relatou inconsistências na ata, e que depois de revisada será encaminhada com antecedência para leitura e apontamentos dos conselheiros, e será voltará como pauta para a próxima reunião do Concâmpus. Passando para o segundo ponto de pauta, o Professor Ruberley agradeceu pelo o trabalho árduo e feito com muito esmero pela Comissão Responsável pela Elaboração do Plano de Ação Local para o retorno seguro e gradual das atividades presenciais acadêmicas e administrativas no Câmpus Jataí, informou também que essa comissão irá desfazer-se após a análise e aprovação do plano local, e que será necessária a composição de uma nova comissão responsável por acompanhar as atividades. O Professor Ruberley passou a palavra para a Professora Marluce, que expressou seus cumprimentos ao Presidente do Conselho e aos novos membros do Conselho. Em seguida deu início à apresentação da última versão do Plano de Ação Local, destacou que a apresentação visa ajudar aos membros que não participaram da elaboração entender o retorno gradual por fases. Após o início da leitura do plano a Professora Marluce esclareceu que muitos dos princípios, pressupostos e objetivos do Plano Local foram adaptações do Plano Geral para a realidade do Câmpus. A Comissão Local fez o diagnóstico das atividades de ensino, pesquisa, extensão, atividades administrativas, infraestrutura e da percepção de estudantes e servidores. Houve destaque quanto ao levantamento da percepção de Estudantes e Servidores, a comissão local considerou importante constar no plano local, mesmo não constando por não constar no Plano Geral. Os indicadores para o retorno gradual por fases foram elaborados pela Comissão Central com base em metodologias elaboradas pelos órgãos de saúde. O plano local dispõe ainda sobre o “Atendimento aos critérios mínimos de biossegurança na unidade”, “Ações prioritárias e grupos prioritários a serem atendidos” e “Quadro de referência de atividades e ações do Câmpus”. Em sua introdução realizou uma contextualização, na qual falou sobre os documentos Institucionais já construídos como a Resolução CONSUP n.º 110, recém-modificada pela Resolução CONSUP n.º 114, e que ainda há documentos em construção, como exemplo o Protocolo Geral de Biossegurança, que atenderá aos protocolos de saúde estaduais e federais. A conselheira apontou que o Plano Local tem o objetivo de indicar quais atividades administrativas e acadêmicas que serão realizadas em cada fase de retorno no câmpus Jataí de acordo com o Plano Geral, na qual a fase vermelha já está normatizada, que é o ensino remoto emergencial, neste sentido as fases de retorno laranja, amarela e verde apesar de serem mais brandas devem atender aos protocolos de segurança. Outro destaque feito pela professora Marluce foi sobre a forma democrática da construção destes documentos, e que a

morosidade é uma consequência do amplo debate e participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A Professora Marluce passou a palavra ao Professor Alysson Benite de Freitas, membro da Comissão Responsável pela Elaboração do Plano de Ação Local para o retorno seguro e gradual das atividades presenciais acadêmicas e administrativas no Câmpus Jataí, o qual fez esclarecimentos sobre os Indicadores para o retorno gradual por fases, como o índice de vacinação da população de Jataí está em 68%, que pode ser acessado por meio do vacinômetro, e o Coeficiente de Incidência indicando que pode ser feito por meio do Boletim Epidemiológico da Cidade que indica a média móvel de contágio, o qual será avaliado semanalmente, e que indicará as possíveis mudanças de fase. A Professora Marluce ressaltou que mesmo que os indicadores mudem para a fase verde, a Comissão Central decidiu que a implantação da fase verde, ocorrerá apenas nos inícios de semestre. A palavra foi passada ao Conselheiro Wagner Pereira Lopes, o qual indagou ao Professor Alysson sobre os índices regionais, uma vez que, os documentos aprovados pelo Conselho Superior falam de indicadores regionais e não apenas locais. O Professor Alysson esclareceu que Jataí faz parte da Região Sudoeste II, e que esses critérios de alerta foram retirados dos indicadores regionais, e que o índice de contaminação em Jataí é maior que o índice da cidade, e que para os critérios de Biossegurança Local, não sendo viável a testagem contínua dos alunos, a utilização da média móvel local para este acompanhamento seria uma ação in loco, realizada como forma de monitoramento para uma possível contenção local. Após o encerramento da apresentação do Professor Alysson o presidente da CONCÂMPUS devolveu a palavra à Professora Marluce, a qual em sua análise sobre os princípios e pressupostos sugeriu a necessidade de exclusão do pressuposto “III) Até o retorno total das atividades presenciais acadêmicas e administrativas, os estudantes e suas famílias (para menores de 18 anos) poderão optar pelo ensino remoto;” uma vez que esses procedimentos devem ser definidos pelas instâncias pertinentes, neste caso o CONEPEX. O Professor Ruberley fez como sugestão de encaminhamento que como haverá uma discussão de todo o plano após o fim da apresentação, que a alteração proposta pela professora Marluce seja analisada neste momento. A professora Marluce apresentou os objetivos da Minuta do Plano Local de retorno, que visa o planejamento unificado a partir de critérios científicos de biossegurança, a retomada gradual das atividades acadêmicas e administrativas presenciais, e na opinião da conselheira o objetivo mais específico é indicar quais atividades e ações acadêmicas e administrativas serão implementadas nas diferentes fases de retorno no Câmpus Jataí. Neste momento, a Professora Marluce convidou o Professor Tiago Romeiro de Jesus para apresentar as atividades de ensino, que foram influenciadas e não puderam ser ofertadas durante o ensino remoto. O professor Tiago iniciou sua fala cumprimentando os colegas e conselheiros, e deu início à sua apresentação, destacando que no começo da pandemia da COVID-19, no semestre letivo 2020/1, algumas disciplinas foram suspensas ou canceladas, mas isso foi superado por meio das tecnologias disponíveis, como softwares de simulação. O conselheiro Tiago expos que tais medidas, não representam o cenário ideal, uma vez que, não substituem por completo as atividades presenciais. Neste sentido, destacou que as atividades de ensino preveem que algumas disciplinas dos cursos técnicos, depois de aprovadas às regras de biossegurança, passem a ser ofertadas de forma presencial, seguindo as regras de biossegurança e de forma que essas turmas não se encontrem, nestas atividades presenciais. O professor Thiago relatou que esse plano de ensino foi construído e definido em conjunto com os colegiados dos cursos, com a participação ativa dos professores das disciplinas. O professor Wagner indagou sobre uma fala do professor Tiago, na qual ele comenta que as disciplinas que por ventura necessitem da presença física de alunos e professores no Câmpus, segundo o Professor Wagner não há espaço nos laboratórios para atender uma turma completa, e termina questionando se essas turmas serão divididas. O professor Tiago esclareceu que está previsto no plano a divisão das turmas, de forma a respeitar o distanciamento social, e que já foram realizados os levantamentos da capacidade dos laboratórios, por meio de medições do espaço e forma de uso de cada laboratório. A Professora Marluce passou para a apresentação do diagnóstico dos projetos de pesquisa e extensão, destacou que algumas ações foram suspensas, mas outras foram mantidas mesmo durante a fase vermelha, como o projeto para as cortinas verdes, e que alguns projetos de extensão foram modificados e outros foram desenvolvidos devido ao período pandêmico como a confecção das máscaras para doação. Segundo a conselheira alguns projetos de pesquisa e extensão que possuem financiamento externo estão no grupo prioritário, devido ao cronograma de financiamento do projeto, necessitam de atividades presenciais mesmo nas fases laranja e amarela, para que durante a fase verde possam executar as atividades presenciais planejadas na proposta do projeto. Sobre as atividades administrativas a professora Marluce elencou algumas atividades que foram suspensas durante o ensino remoto emergencial, quando as atividades administrativas se tornaram prioritariamente remotas, como matrículas, colação de grau, atendimento no setor de Protocolo, e que o atendimento ao público externo ficou limitado. A conselheira Valéria Silva Marques complementou que em seu setor o principal prejuízo na etapa dos Processos Seletivos foi para os alunos que concorreram às vagas por cotas, uma vez que se faz necessária a comprovação por meio de documentos antes da etapa de matrículas, e que este público apresenta grande dificuldade de apresentar esses comprovantes por meios eletrônicos. O conselheiro Walter Pereira de Freitas acrescentou que outro prejuízo por falta das atividades presenciais foi impossibilidade da aplicação de provas nos processos seletivos realizados, e que por meio de sorteio não há uma seleção, e que os alunos que melhor se preparam perdem as vagas por apenas por uma questão de sorte. A Professora Marluce comentou que esse prejuízo na ocupação das vagas pelos cotistas é muito preocupante, e que haverá uma reformulação na lei de cotas que completa 10 anos. Além disso, devido a um projeto de pesquisa que realizado por ela, apurou-se que os alunos cotistas não conseguem ocupar todas as vagas disponíveis para o sistema de cotas, e que mesmo na presencialidade esse público enfrenta obstáculos para participar do processo seletivo, que se agravaram, pois são eles que possuem menos acesso às tecnologias e internet, e esse é um público que deve ter atendimento prioritário algo que já tem sido feito pelo setor. Sobre a percepção dos estudantes e servidores a Professora Marluce expos que as ações a serem adotadas para os pouquíssimos casos em que foi manifestado o interesse de não se vacinar estão sendo

debatidos nas Instâncias Superiores. A Professora Marluce passou a palavra ao Professor Tiago Romeiro, sobre a nova Resolução que será submetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP, sobre a possibilidade de escolha do aluno em voltar ou não ao presencial quando estiver a fase considerada verde. A professora Marluce esclareceu que independente da fase o que há garantido é a opção de ensino e trabalho remotos no caso de comorbidades, e que mesmo no atendimento a esses casos não será adotado o ensino híbrido, e sim um atendimento domiciliar, e estes casos serão debatidos pelas Instâncias Superiores. O presidente Professor Ruberley Rodrigues de Souza apontou que a aplicação da fase verde ocorrerá apenas no início do próximo semestre, e que nas situações em que o estudante não puder fazer a disciplina presencialmente, disciplinas que haviam sido suspensas por não haver possibilidade de ensino remoto, nestas situações, o estudante poderá cursar a mesma no próximo semestre. A professora Marluce destacou que no caso dos cursos superiores por haver a possibilidade de trancamento apenas de uma disciplina é menor, mas que o colegiado deve avaliar quais os impactos com da oferta presencial de cada disciplina, e que o fato do o retorno presencial se dar no início do próximo semestre trará menos impacto aos alunos que residem em outras cidades. A Professora Marluce retornou aos indicadores de Fases, e novamente ressaltou que a Fase Vermelha seria considerada a fase de calamidade e na qual foi implantado o ensino Remoto Emergencial, as demais fases Laranja e Amarela com a melhora dos indicadores proporcionam o retorno gradual às atividades presenciais, e que a fase Verde seria o retorno seguro às atividades presenciais, e essas não podem ser retomadas durante o semestre, mesmo que os indicadores já se encontrem nesta fase, uma vez que alunos e professores se matricularam e se preparam para atividades remotas, e havendo caso de alunos matriculados em disciplinas de outros Câmpus. Quanto aos atendimentos mínimos do Protocolos de Biossegurança, a conselheira apontou que os documentos ainda não foram aprovados, e que deveriam ter sido aprovados em outras instâncias antes do plano local. Com a palavra o Conselho Wagner Pereira Lopes expressou sua preocupação com os possíveis detalhamentos que constem no Plano de Ação Local, e que não constem nos documentos maiores, o que pode gerar conflitos entre os documentos. O professor Wagner relatou que em reunião do CONSUP foi comentado que não poderiam ser utilizadas as máscaras de pano, pois existe uma recomendação da Organização Mundial de Saúde, ponderou que este maravilhoso projeto de confecção de máscaras de pano desenvolvido pelo IFG e foi realizado antes desta recomendação, e finalizou indagando quem irá fornecer esse material de segurança aos estudantes. O Presidente Professor Ruberley respondeu que ainda não há definição, e o que consta no Plano Geral é o cenário ideal, a máscara cirúrgica triplamente forrada e a máscara N 95 recomendadas pelo Comitê de Biossegurança, e que hoje o Instituto conta apenas com as máscaras de pano confeccionadas por meio do Projeto de Extensão. O presidente relatou que caso for exigido o fornecimento deste material o retorno às atividades se torna inviável, mas que isso não é alvo de análise do Plano Local, uma vez que o Conselho de Câmpus não está aprovando ou não o retorno, mas sim que exista os critérios mínimos para o retorno, e que estes critérios poderão ser reavaliados pelo Conselho Superior, ou para o retorno será avaliado como será realizada a disponibilização deste tipo de máscaras. Ainda sobre o Atendimento aos critérios mínimos de Biossegurança na unidade, o presidente esclareceu que hoje o Câmpus atende à 3 dos 5 dos critérios estabelecidos pelo Plano Geral, e que o conselho deve considerar que ao aprovar o Plano Local, todos esses critérios deverão ser atendidos para o retorno presencial, seguindo as recomendações dos documentos que ainda serão aprovados nas instâncias superiores, e que não se condicionar a aprovação do Plano Local ao atendimento de todos critérios, uma vez que o conselho está analisando o Plano e não o retorno imediato às atividades presenciais. A Conselheira Marluce propôs como encaminhamento modificar o sim pelo não nos critérios não atendidos e justificar essa negativa que para o retorno deve ser atendida. O Professor Wagner ponderou que o conselho de Câmpus aprova por meio de uma Resolução e aprova o plano, e que concorda com a Professora Marluce que não pode se deixar em branco, mas que deve constar sim, uma vez que é um plano. O professor Ruberley completou que não haveria a necessidade do preenchimento uma vez que o texto anterior já traz as informações que estes critérios deverão ser atendidos. O professor Wagner sugeriu que fosse suprimida essa coluna. O presidente do Conselho destacou que no Plano Geral esta planilha não está preenchida, e que pode ser colocado em votação a proposta de deixar como no plano geral ou de suprimir como a proposta do Professor Wagner. Neste momento optou-se por dar prosseguimento à apresentação da Professora Marluce, e fazer a aprovação das modificações no final, e continuou com a apresentação das Ações e Grupos prioritários a serem atendidos neste momento de retorno às atividades presenciais. O Presidente fez uma pergunta à professora Marluce, e que o Plano deve constar o que pode ser feito, e não o que é obrigado a ser feito, e que no plano local não seria interessante ter apenas uma única tabela, ao invés de uma tabela para cada curso ou área. O Professor Tiago esclareceu que o detalhamento foi realizado desta forma, para aprovação pelo colegiado. O professor Ruberley apontou que independente do curso ou área, o uso de laboratórios deve atender os critérios de Biossegurança, e que a partir das demandas e das informações das coordenações, deve-se realizar uma síntese, e que neste quadro precisa ter a informação de que qual disciplina. O professor Tiago Romeiro apontou que as especificações foram feitas para atender o Plano Geral, mas que realmente é inviável analisar cada caso para aprovação pelo conselho de Câmpus. O Professor Wagner pediu a palavra e começou parabenizando a condução do Presidente do Conselho, e a professora Marluce, e as instâncias deliberativas do IFG, passou para sua proposta, no qual ele concorda com a Professora Marluce de que por ser um plano local e que deve constar a operacionalização, e que concorda com o Professor Ruberley que não faria sentido quadros separados por áreas, e sugere que deveria haver um quadro com todas as respostas em colunas, e que as repostas das coordenações gerassem colunas, e após a confecção deste quadro haveria um quadro síntese que constasse no plano, além disso o Conselho de Câmpus não pode analisar critérios técnicos analisados pelas coordenações dos cursos, recomenda ainda o encaminhamento do Conselho para a Comissão fazer essas modificações. O Presidente do Conselho propôs que seja feita a síntese, uma vez que o plano não é de cada curso ou setor, mas do Câmpus. A conselheira Marluce ressaltou o problema de operacionalização da síntese,

uma vez que existem vários quadros, e no caso da Área Administrativa também foram elaborados separados por setores, e indagou se também deve ser feita essa síntese nestes quadros. O Conselheiro Tiago apontou que juntar não será tão fácil reunir todas essas informações em um único quadro, uma vez que os cursos são separados, e que seria mais fácil para visualização dos alunos. A Conselheira Marluce destacou a importância da especificação por curso, uma vez que os alunos, e toda a estrutura deve ser pensada por disciplina, e que deve haver a definição neste momento no plano. O Presidente evidenciou o risco de engessar o plano dessa maneira, uma vez que futuramente caso uma disciplina que não optou neste momento decida executar alguma aula presencial, ficaria impedida pelo plano. A Professora Marluce enfatizou que pensa que as atividades devem ser específicas e que não faria sentido de um plano local sem esses apontamentos, pois é o plano que se destina a preparar o Câmpus para o retorno e não impedir a execução de atividades. Sobre a síntese a conselheira afirmou que elas podem ser feitas apesar dos problemas de operacionalização apontados pela Comissão de Elaboração do Plano Local, mesmo nesta tabela ampla, e que já apresentar essa proposta aos conselheiros, pois já é o momento de aprovação do Plano no Conselho de Câmpus. O professor Wagner apontou que o Plano Local é um plano de execução, e voltou a insistir que a partir do momento em que se juntar os quadros, esse ficará menor e facilitará a consulta do que é permitido ser executado dos servidores e alunos, cabendo a análise se será executado ou não. O finalizando o Professor Wagner destacou que o trabalho de junção trará ganhos, e se dispôs a ajudar neste trabalho, e indagou como será feito o encaminhamento de votação do Plano Local. O presidente colocou como proposta de votação se haverá a modificação dos quadros e que estes devem ser sintetizados. A conselheira Marluce ressaltou que o objeto principal é se esse conselho aprova tudo que os colegiados já aprovaram, ou se haverá as análises específicas. O Presidente apontou que o que deve ser definido é se as atividades como projetos de pesquisas se podem ou não ter atividades presenciais, e não especificar qual projeto pode ser executado de forma presencial, obedecendo os critérios de Biossegurança. O Professor Wagner ressaltou que como conselheiro não se sente à vontade de discordar do que foi definido pelas Coordenações, uma vez que essas se reuniram e definiram essas operacionalizações, finalizando o professor indagou se haverá a aprovação do Plano Local antes da síntese das tabelas. O Presidente Professor Ruberley destacou que sintetizado ou não o conteúdo será o mesmo, propôs que primeiramente verificar se há algum questionamento sobre o documento por parte de algum conselheiro, segundo exclusão/supressão do Inciso III do Plano Local, e terceiro discutir e aprovar se haverá ou não a síntese das tabelas, e também a exclusão ou não da coluna na planilha de Atendimento aos critérios mínimos de Biossegurança na unidade. A professora Marluce solicitou ao conselho que as correções formais possam ser realizadas depois da aprovação do documento pelo Conselho de Câmpus. O Presidente abriu para a manifestação dos conselheiros antes da etapa de votação do plano. Neste momento o solicitou a palavra o conselheiro Murilo de Assis Silva, que manifestou acreditar que o plano não deva ser algo engessado, e que os grupos devam ter em conjunto com a gestão a possibilidade de planejar ações, como reuniões, que não estavam previstas inicialmente no Plano Local, apesar de o seguir o plano deva ser a regra. O presidente resgatou que casos que envolvam terceiros como alunos realmente devem ser bem definidos como destacado pela Professora Marluce, mas também não deva haver o engessamento de casos mais simples como reuniões de coordenações que não haviam definido essa possibilidade no plano. Colocando em regime de votação o primeiro ponto a ser votado é a proposta de exclusão do Inciso III que abre a possibilidade de opção entre o ensino Remoto e Presencial, uma vez que isso deverá ser definido no CONEPEX, sendo um a opção de exclusão, dois a opção de manutenção, três a opção de abstenção, com oito votos a favor da exclusão, a maioria, foi aprovada a exclusão deste Inciso no Plano Local. Passando para a segunda votação, proposta apresentada pelo Conselheiro Wagner, a exclusão ou não da coluna três na planilha de Atendimento aos critérios mínimos de Biossegurança na unidade, sendo um a opção de exclusão, dois a opção de manutenção, três a opção de abstenção, com sete votos favoráveis à exclusão, a maioria aprovou a exclusão da coluna. A terceira proposta colocada em votação é opção de junção de um quadro sintético das atividades do colegiado, sendo um a opção de favoráveis à junção, dois a opção de manutenção, três a opção de abstenção, com seis votos a favor da manutenção, e dois votos a favor da junção, e 3 abstenções, foi aprovada a manutenção da planilha do plano local. A conselheira Marluce apresentou a necessidade de padronização e a inclusão de possibilidade de reuniões presenciais em todos os cursos. O presidente do Conselho e o Professor Wagner entendem que a padronização não há modificação do conteúdo. Colocou em votação a inclusão de reunião presenciais em todos os cursos, sendo um a opção de inclusão, dois a opção de manutenção, três a opção de abstenção, com sete votos favoráveis à inclusão, a maioria aprovou a inclusão da possibilidade de reuniões presenciais em todos os cursos. Após a análise destes destaques passou-se para a aprovação do Plano Local com as alterações já aprovadas, sendo um a opção de aprovação, dois a opção de desaprovação, e três a opção de abstenção, com sete votos favoráveis à aprovação, a maioria aprovou o Plano de Ação Local para o retorno seguro e gradual das atividades presenciais acadêmicas e administrativas no Câmpus com modificações. Antes de dar prosseguimento ao terceiro ponto de pauta, aprovação dos Calendários Acadêmicos 2022, o Presidente do Conselho questionou, em respeito aos conselheiros devido ao delongar da reunião, sobre a disponibilidade dos conselheiros analisarem mais este ponto de Pauta. Não havendo manifestação contrária, o Professor Tiago Romeiro deu início à apresentação dos Calendários e ressaltou que os modelos dos calendários são disponibilizados pela Reitoria já indicando algumas proposições. Logo passou aos destaques para as datas de início e término dos semestres letivos, constando 100 dias letivos em cada semestre. O semestre 2021/2 termina dia 14 de fevereiro, e o início das aulas no dia 14 de março para o semestre 2022/1, tendo o final do semestre 2022/2 no dia 22 de dezembro. Outro destaque é que todos os sábados serão letivos, e serão contados e utilizados em primeiro momento de forma assíncronas, porém na fase verde serão de forma presencial. O conselheiro Wagner arguiu qual o fluxo de construção do calendário. O professor Tiago respondeu que o Departamento de Áreas Acadêmicas recebe o modelo do Calendário da Reitoria, o DAA formaliza algumas propostas e apresenta no Colegiado do Departamento, que depois a versão aprovada pela comunidade acadêmica

é submetida ao Conselho de Câmpus. O Professor Wagner perguntou se os Calendários foram aprovados pelo Conselho Departamental, e o Professor Tiago Romeiro esclareceu que por orientação da PROEN, não é mais encaminhado para o Conselho Departamental, e sim para o Colegiado do Departamento para maior envolvimento da comunidade. O professor Wagner solicitou a inclusão deste fluxo em ata. O professor Wagner também lembrou que a Professora Oneida ainda como Pró-Reitora de Ensino, em uma das reuniões do Conselho Superior mencionou que proposta do Instituto seria caminhar apenas para um documento, um calendário que contemplasse os cursos técnicos e superiores. O professor Tiago esclareceu que há essa orientação, mas que para deixar mais fácil para os alunos ele solicitou à PROEN a possibilidade de separar em dois calendários, uma vez que há muitas informações diferentes para os cursos técnicos e superiores, mas que as datas de início de fim são iguais, e que poderia fazer um único calendário se for o caso. O Professor Wagner indagou sobre os sábados com aulas síncronas e assíncronas. O professor Tiago explicou que para completar a carga horária, e contando 18 semanas, ou seja 18 aulas em cada dia da semana, em casos que não há as 18 aulas, haverá a complementação presencial ou síncrona aos sábados. O professor Wagner questionou sobre os horários das aulas nos sábados, como não há três períodos no sábado, sempre as aulas dos períodos noturnos são trazidas para tacitamente o período matutino, nunca para o vespertino sem discussão sobre o assunto, e que quando há uma aula no período matutino, mesmo que não ocorrem nos demais horários, esse sábado será considerado letivo. Ao finalizar sua fala o Conselheiro solicitou que esses temas sejam estudados e trazidos pelo Departamento de Áreas Acadêmicas para o Conselho de Câmpus e não tratados de forma tácita. O Presidente do Conselho questionou a legalidade de se contabilizar os sábados com atividades assíncronas como dias letivos. O professor Tiago respondeu que o tema ainda será analisado pelo CONEPEX na próxima semana. O presidente complementou que desde que sejam realizadas atividades presenciais envolvendo professores e alunos e esses podem ser contabilizados como sábado letivos, e que isso vai além do CONEPEX, uma vez que envolve o Conselho Nacional de Educação, o complemento de carga horária é diferente de dia letivo. O professor Wagner destacou que entende que se houver mudanças que impactam no câmpus, em outras instâncias este deveria ser novamente submetido ao Conselho de Câmpus. O professor Tiago concordou e acrescentou que neste caso será submetido novamente ao Colegiado do Departamento. O Presidente colocou em regime de votação os Calendários 2022 do Câmpus Jataí, sendo um a opção de aprovação, dois a opção de desaprovação, e três a opção de abstenção, com dez votos favoráveis à aprovação, e uma abstenção, a maioria aprovou o Calendário Acadêmico 2022 do Câmpus Jataí. O professor Ruberley agradeceu a presença dos conselheiros, e a disponibilidade para a aprovação destes dois importantes documentos para o Câmpus. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente encerrou a reunião às 11h 35min e eu, Nicolas Siqueira da Silva, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros deste Conselho.

(assinado eletronicamente)

Ruberley Rodrigues de Souza

Presidente do Conselho de Câmpus
Diretor-Geral do Câmpus Jataí do IFG
Portaria nº 1.679 de 8 de outubro de 2021

Representantes do Conselho de Câmpus - CONCÂMPUS

Tattiana Fernandes de Oliveira Melo
Gerente de Administração

Tiago Romeiro de Jesus
Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas

Valéria Silva Marques
Coordenadora de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino

Jefferson Carlos Sanches de Faria
Coordenador de Recursos Humanos e Assistência Social

Murilo de Assis Silva
Representante dos coordenadores de cursos

Walter Pereira de Freitas
Representante dos servidores técnico-administrativos

Evaldo Gonçalves Silva

Representante dos servidores técnico-administrativos

Wagner Pereira Lopes

Representante dos docentes

Ítalo Santos de Carvalho

Representante dos discentes

Eleida Andrade Garcia Macedo

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Wânia Soares da Silva Carvalho

Representante da sociedade civil (Câmara Municipal de Jataí/Secretaria Municipal de Educação de Jataí)

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Ruberley Rodrigues de Souza, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CP-JATAI**, em 05/10/2026 08:28:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/04/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 268123

Código de Autenticação: 03d1fe987d



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 775, Residencial Flamboyant, 775, Residencial Flamboyant, JATAÍ / GO, CEP 75804-714

(64) 3514-9510 (ramal: 9510)